

NOTAS ACERCA DOS CONCEITOS DE GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

Gabriela Soares Peixoto¹

Introdução

Em uma analogia fugaz, ao correlacionarmos os papéis desempenhados pelo Estado e pelas Organizações Internacionais no sistema capitalista, deparamo-nos com a similitude do exercício da mediação realizado por estes atores². Se na esfera doméstica o avanço capitalista proporciona o alcance de técnicas e instrumentos de produção cada vez mais aprimorados, o que contribui para a concentração de riquezas e crescente desigualdade na relação burguesia x trabalhador (MARX, 1971), e faz com que a mediação do Estado seja necessária para evitar uma possível ruptura desta ordem; no plano do sistema internacional vê-se que os avanços tecnológicos contribuem para impulsionar a globalização e interligar os Estados nacionais, ao mesmo tempo em que contribuem para delimitar a posição a ser ocupada por cada um

¹ Possui graduação concluída nos cursos de Relações Internacionais e Serviço Social. Atualmente é Assistente Social, servidora pública, e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. E-mail: contato.gabi@yahoo.com.br.

² Devem ser resguardadas as devidas diferenças entre os atores, principalmente no que tange aos princípios da ordem westfaliana (soberania nacional e não ingerência) que regem a relação entre os Estados no sistema internacional.

destes, o que os torna cada vez mais desiguais ao passo que cada vez mais próximos (CHOSSUDOVSKY, 1999), e evidencia a necessidade das organizações internacionais atuarem como mediadoras para a perpetuação, pacífica e previsível, do sistema capitalista.

No caso específico do Banco Mundial, organização de fomento e financiamento internacional, ao longo de sua história é possível identificar que para cada conjuntura específica suas mentes pensantes definem meios e modos para o alcance do objetivo principal de perpetuar a ordem vigente, afastando e amenizando crises que possam abalá-la.

Criado em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods, é na década de 1990, após o fracasso das políticas de ajustes econômicos, sugeridas e aplicadas na década anterior nos países ditos de terceiro mundo sob o alibi de que poriam fim à crise da dívida e permitiriam a inserção internacional destes, bem como a renegociação de suas dívidas externas, que o Banco Mundial passa a abranger em seu aparato instrumental os conceitos de governança e governabilidade.

Na busca pelas características fundamentais destes conceitos, como resultante de pesquisa bibliográfica e documental, discorreremos abaixo sobre sua história, utilização e significado. Por fim, demonstraremos como o Banco Mundial insere a governança e a governabilidade como conceitos importantes nas orientações políticas que fornece aos países com os quais interage.

1. Governança e Governabilidade

Sobre a história dos conceitos de governança e governabilidade, sabe-se que na década de 1960 estes (mais fortemente a governabilidade) eram utilizados como meio para a efetivação de governos centralizadores, fortes, em resposta à virada à esquerda que alguns países realizavam durante a Guerra Fria³. Nos anos que

³ Vale lembrar que de meados da década 1950 ao decorrer dos anos 60, a história nos remete a fortes manifestações populares como os movimentos hippie, feminista e a Revolução Cubana, assim como

se seguiram, nas décadas de 1970 e 1980, em resposta aos governos fortes que emergiram no período anterior e à crise econômica mundial (supostamente decorrente dos gastos excessivos dos Estados centralizadores com o bem-estar social de sua população), os conceitos de governança e governabilidade passaram a ser utilizados como meios para a afirmação do neoliberalismo e de um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o mercado e o capital⁴. A “mão invisível”, o mercado, não foi capaz de gerir a economia, a política e garantir a estabilidade e o bem estar político-econômico e social das sociedades, o que levou instabilidade ao sistema de regulamentação em voga e fez com que os conceitos de governança e governabilidade passassem, ao final do século XX e início do XXI, a ser utilizados para aparar arestas do Estado neoliberal e melhor ajustá-lo, imputando-lhe características gerenciais. (ARAÚJO, 2002; BENTO, 2003; SANTOS, 1996)

Segundo Bento (2003), tendo em vista as sucessivas crises, tanto econômicas quanto de legitimidade, que a execução de políticas estritamente neoliberais gerou, os conceitos de governança e governabilidade voltaram ao topo das discussões entre os cientistas políticos. Desta vez, diz-se que a busca era pela afirmação de um Estado, nem centralizador e nem “mínimo”, mas sim gerencial, ou seja, um Estado capaz de manter a ordem capitalista neoliberal com equilíbrio, tanto na esfera econômica quanto na social.

Ugá (2003) afirma que o tema da governabilidade e da governança, vem sendo cada vez mais explorado nos relatórios do Banco Mundial desde 1991, sendo que a questão central envolvendo estes conceitos, aos olhos da instituição, reside na estabilidade e, portanto, na “obtenção de consensos sociais que garantam a estabilidade, isto é, a manutenção da coalizão governamental para a preservação ‘das regras do jogo’ estabelecidas” (UGÁ, 2003, p.93).

Tendo em vista que políticas neoliberais, pela raiz de

nos remete à vitória eleitoral de Kennedy nos EUA, da coalizão de centro-esquerda na Itália, trabalhista no Reino Unido e de Jango no Brasil, ou seja, nos remete à participação popular, ao socialismo, a governos “esquerdistas”, ao uso da democracia.

⁴ Neste período chegaram ao poder Thatcher na Inglaterra (1979), Reagan nos EUA (1980) e Pinochet no Chile (1973), difusores do ideário neoliberal.

pensamento de seus formuladores, tendem a mercantilizar todas as esferas da sociedade e, portanto, a apartar dos benefícios do sistema aqueles que por algum motivo não conseguem se inserir na lógica do mercado, é possível compreender o quão árdua é a missão de manter esta sociedade, formada por atores dotados de interesses distintos e antagônicos, unida e coesa. Neste sentido, vale destacar as palavras de Harvey (2008, p.15) quando o autor atesta que “nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos” e que, cientes desta necessidade “as figuras fundadoras do pensamento neoliberal” levantaram como bandeira, ou como “os valores centrais da civilização”, os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual⁵.

O Estado gerencial, em sua raiz ele próprio um Estado genuinamente neoliberal, tem como característica realizar algumas intervenções na esfera econômica e pretender repassar à sociedade civil a responsabilidade pelo trato das expressões da questão social⁶, intervindo sobre estas somente nos casos de extrema necessidade ou interesse político (ARAÚJO, 2002; BENTO, 2003; SANTOS, 1996). Pode-se dizer que a principal característica está na forma como o Estado se apresenta, como atuante, ainda que sua atuação seja parca diante das demandas da sociedade.

Assim, vê-se que desde a década de 1960, até os dias atuais, os conceitos de governança e governabilidade sempre estiveram

⁵ É válido destacar que o neoliberalismo, dentro de uma perspectiva pós-moderna de sociedade, traz consigo três pilares de sustentação: a particularidade; o individualismo; e, o conformismo. A particularidade se opõe à universalidade. O individualismo à individualidade. E o conformismo à autonomia. (ROUANET, 1993) Assim, em um neoliberalismo pós-moderno, a particularidade e o individualismo fazem com que se torne “obsoleta” a identidade de classe, e mesmo os movimentos sociais ainda combativos se fragmentam e lutam por suas causas específicas, esquecendo que a realidade da sociedade é uma só, e que a luta também é única, o que os torna mais fracos e susceptíveis à cooptação política pelo governo. O conformismo traz consigo o fatalismo e a ideia de que ganhar um pouco é melhor do que não ganhar nada, de que receber um benefício do governo é melhor do que lutar para que este benefício se torne um Direito, e assim, a população conformada e desacredita desiste de tentar mudar as bases de sua própria desgraça e abre mão da possibilidade de sonhar com um futuro em troca de algo que lhe deixe viva no presente.

⁶ Por “questão social” ou por “expressão da Questão Social” deve-se entender aquilo que é fruto da contradição existente entre o capital e o trabalho, as mazelas às quais parte das sociedades são submetidas tais como: a desigualdade, a pobreza, a fome, o analfabetismo, entre outras. Sobre o assunto ver: Netto e Braz (2006); Cohn (2000).

atrelados a fatores políticos e de administração pública, ou seja, sempre foram vistos como conceitos que, se conquistados e afirmados, tornariam real um determinado tipo de governo ou de Estado.

Segundo Araújo:

É importante lembrar [...] que a fonte ou a origem principal da governabilidade são os cidadãos e a cidadania organizada, ou seja, é a partir deles (e da sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições [...] imperativas para a governabilidade plena. [...] diferentemente da governabilidade, a fonte da governança não são os cidadãos ou a cidadania organizada em si mesma, mas sim um prolongamento desta, ou seja, são os próprios agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação/implementação correta das políticas públicas e representam a face deste diante da sociedade civil e do mercado, no setor de prestação de serviços diretos ao público. (ARAÚJO, 2002, p.06)

Bento (2003, p.85) diz que o conceito de governança faz referência aos “**pré-requisitos institucionais** para a otimização do desempenho administrativo, isto é, o conjunto de instrumentos técnicos de gestão que assegure a eficiência e democratização das políticas”; e o conceito de governabilidade diz respeito “às condições do ambiente político em que se efetivam ou devem efetivar-se as ações da administração, à base de **legitimidade do governo**, credibilidade e imagem pública da burocracia”.

Assim, a governabilidade encontra-se referida às condições materiais do exercício do poder, à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, ou para formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ou ainda à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil, de articular coalizões políticas entre partidos e grupos sociais que apoiem o plano de governo. Governança, por outro lado, tem a ver com aspectos mais adjetivos ou instrumentais do exercício do poder, seu fator determinante já

não reside no apoio do cidadão, mas na competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente. (BENTO, 2003. p. 86)

Para este estudo, embora se considere que sejam intrinsecamente ligados e até mesmo complementares, falar em governabilidade faz referência ao exercício do poder político do governo com o apoio da população ou simplesmente sem manifestações contrárias à sua plataforma política – existência de pacto político estável; enquanto que a governança está mais atrelada à capacidade gerencial, técnica e financeira que dado governo tem para formular e implementar políticas públicas, exercendo seu poder político, que culminem no alcance das metas definidas em sua plataforma política.

2. O Banco Mundial e as Orientações para a Aplicação dos Conceitos

O Banco Mundial ao longo de sua trajetória tomou para si diversos campos de atuação. Apesar das alterações de foco, ou de interesses primordiais, tal instituição sempre se manteve fiel ao objetivo daqueles que a projetaram: a manutenção do capitalismo. Para este estudo interessam dois momentos específicos da atuação do Banco Mundial, o momento pós “Consenso de Washington” (1989) e, o momento pós revisão do “Consenso de Washington” (iniciada em 1996, com ápice a partir de 2002).

O Banco Mundial, em 1992, publicou texto de Boeninger intitulado “*Governance and Development: Issues and Constraints*”. Este texto, com a definição precisa sobre o que o Banco Mundial entende por governança e que fatores envolvem tal conceito, é referência até os dias atuais para a compreensão deste tema.

Neste, o conceito de “governança envolve aspectos políticos, técnicos e institucionais, estando seu valor, ou seu sentido, vinculado à capacidade do **exercício da autoridade política** para a resolução de problemas, conflitos e a

implementação de programas e políticas públicas”⁷. Desta forma, o Banco Mundial, representado por Boeninger, descreve a governança como o bom governo da sociedade, sendo este bom governo afirmado através de sua **capacidade de ação** em áreas estratégicas que são vitais para o desenvolvimento do país.

[Para o Banco Mundial] Governança, em geral, tem três aspectos distintos: (i) a forma do regime político (parlamentar, presidencialista, militar, civil, autoritário, democrático); (ii) o processo pelo qual a autoridade é exercida no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais do país; e (iii) a capacidade do governo de formular e implementar políticas, e, no geral, de executar suas funções governamentais. O primeiro aspecto claramente se encontra fora da atual diretriz proposta pelo Banco. O foco do Banco se volta para o segundo e terceiro aspectos.⁸ (WORLD BANK, 1991, p.23)

Ao compreender os aspectos gerais do conceito de governança e as orientações do Banco Mundial sobre como efetivá-lo ou alcançá-lo, torna-se ainda mais clara a forma como os teóricos desta instituição conceituam e buscam a governança. Sendo esta conceituação voltada para questões práticas do exercício do poder na implementação de políticas neoliberais.

Em publicação divulgada pela instituição no ano de 1991, “*Managing Development: The governance dimension. A Discussion Paper*”, estão estabelecidas as quatro dimensões básicas que o conceito abrange. São as dimensões pelo conceito abrangidas: 1) a capacidade e eficiência no gerenciamento do setor público; 2)

⁷ Tradução nossa. “[...] *governance has several dimensions-political, technical, and institutional. It identifies the essentials of governance, including the capacities for exercising authority, solving problems, resolving conflicts, and implementing programs and policies*”. (BOENINGER, 1992, p.267)

⁸ Tradução nossa. “*Governance, in general, has three distinct aspects: (i) the form of political regime (parliamentary/presidential, military/civilian, authoritarian/democratic); (ii) the processes by which authority is exercised in the management of a country's economic and social resources; and (iii) the capacity of governments to design, formulate, and implement policies, and, in general, to discharge government functions. The first aspect clearly falls outside the Bank's mandate. The Bank's focus is, therefore, on the second and third aspects.*” (WORLD BANK, 1991. Nota de Rodapé nº 02, p.23)

accountability, ou a responsabilização dos governos por seus atos; 3) previsibilidade e normas legais voltadas para o desenvolvimento; 4) informação e transparência nas ações políticas; como veremos a seguir.

1) Capacidade e eficiência no gerenciamento do setor público:

- Para os pensadores do Banco Mundial a melhoria do gerenciamento público voltada para o desenvolvimento pode ser alcançada com medidas de racionalização da máquina estatal, privatizações, reestruturações, descentralização político-administrativa e reforma fiscal. Tais medidas, para serem implantadas, necessitariam de um poder político coeso que tenha suas ações legitimadas pela população, pois há um descompasso entre os benefícios políticos que tais medidas teoricamente podem trazer e seus reais custos sociais, o que por consequência pode causar instabilidade política ou crise de governabilidade.

2) Accountability ou responsabilização dos governos por seus atos:

- Accountability para o Banco Mundial diz respeito, primordialmente, à compatibilidade entre a formulação e a implementação de políticas públicas e a alocação eficiente da verba pública. O Banco encoraja a realização de auditorias, monitoramentos e a fiscalização do uso do dinheiro público, bem como encoraja a contratação de serviços e pessoas da rede privada para a atuação no setor público e a parceria com ONG's (Organização Não Governamentais) na intenção de dar voz à população de baixa renda e fomentar a participação popular neste processo de tomada de decisão e fiscalização da coisa pública.

3) Previsibilidade e normas legais voltadas para o desenvolvimento:

- A previsibilidade neste contexto carrega o significado da estabilidade, da constância de procedimentos e operações e da regularidade das ações e decisões tomadas. Para o Banco Mundial, é neste clima de estabilidade e fácil previsibilidade que investimentos são conquistados pelos países. Uma reforma no aparato legal dos países que inclua código civil, setores judiciário,

de negócios e economia, e que encoraje a tomada de decisões extrajudiciais são sugestões envoltas pelo conceito de governança elaborado pelo Banco Mundial.

4) Informação e transparência nas ações políticas:

- Informação e transparência também são meios por onde se pretende garantir o desenvolvimento estável. A informação, ou o acesso à informação, principalmente sobre ações e decisões governamentais relacionadas à economia, é fonte para o desenvolvimento, sobretudo do setor privado que utiliza tais informações para o cálculo do risco de suas ações. E a transparência se refere à clareza sobre estas informações e à não-corrupção. Para o Banco Mundial a livre concorrência e a desregulamentação são passos importantes para o desenvolvimento.

Sobre as orientações dadas pelo Banco Mundial nos mencionados textos, e em destaque acima, vale fazer duas ressalvas. A primeira de que se tratam claramente de orientações envoltas pelo ideário neoliberal com profundas características daquele que acima denominamos Estado gerencial, afinal nelas estão contidas votos pela desregulamentação, livre concorrência, privatização, etc., e, também, pela adoção de reformas no sistema legal, fiscal e de comunicação do Estado, etc. A segunda ressalva vem destacar que tais sugestões foram publicadas no início da década de 1990, ou seja, em um primeiro momento após o Consenso de Washington – marco de expansão do ideário neoliberal, e não fazem claramente a distinção entre governança e governabilidade dando ênfase à governança. Isto porque é somente após a aplicação, com resultados desastrosos para a população, das políticas neoliberais naquele momento sugeridas, que passam a ocorrer as crises de governabilidade, ou crises de legitimidade dos governos neoliberais, e assim o Banco Mundial passa a dar ênfase, também, ao conceito de governabilidade.

No relatório de nº 38119-NEP, “*International Development Association Interim Strategy note for Nepal*”, publicado em Janeiro de 2007, o Banco Mundial dá orientações ao governo do Nepal quanto à governabilidade e destaca que tais orientações se enquadram para

outros países em desenvolvimento. Neste relatório o Banco Mundial esclarece que o desafio fundamental a ser encarado por um governo é o de estabelecer, ou conquistar, credibilidade para o Estado enquanto instituição concreta. O Estado deve ser visto como um instrumento de ação coletiva e, portanto, há de se estabelecer um planejamento de longo prazo com vistas a deixar claro para a população a aspiração política que será seguida. Sem a credibilidade e o entendimento do Estado como uma instituição concreta, a governabilidade do país estará ameaçada no curto prazo e as ações voltadas para o desenvolvimento serão em vão. (WORLD BANK, 2007.a.)

As desigualdades sociais, econômicas e o trato dado pelas instituições públicas aos diferentes segmentos da sociedade também são fatores diretamente ligados à legitimidade e governabilidade. É amplamente aceita, por instituições da hegemonia, a argumentação de que as desigualdades sociais são decorrentes de regras, ou leis, injustas, o que leva ao descrédito de políticos e funcionários públicos frente à população, e dificulta que os governos consigam manter a lealdade da população à sua plataforma política. (WORLD BANK, 2007.b)

Segundo o Banco Mundial, para angariar suporte populacional para os governos, instituições como associações e partidos políticos são importantes. A legislação social, os políticos e demais instituições públicas também servem como suporte para a governabilidade. Sem a presença de mediadores como estes, aqueles que não concordam com as políticas implementadas pelo governo podem agir de forma a causar instabilidade social e política, enfraquecendo a autoridade dos governantes. (BOENINGER, 1992.)

Em suma, e conforme o exposto acima, é nítido que para o Banco Mundial o conceito de governança está ligado ao exercício do poder político através da implementação de políticas públicas de corte neoliberal, tais como privatizações ou reestruturações de empresas estatais, a contratação de serviços privados para a rede pública, a desregulamentação de leis, entre outras. Assim como é claro que, para a instituição, a governabilidade vincula-se ao

reconhecimento e a aceitação popular quanto à legitimidade e autoridade que o governo tem para exercer seu poder tal como mencionado.

Vale lembrar que, como já destacado, a implementação de políticas públicas neoliberais, baseadas no “Consenso de Washington”, acirraram ainda mais as desigualdades econômicas e sociais que, como se sabe, são inerentes ao sistema capitalista. Neste sentido, destaca-se que no período posterior a 2002, quando as medidas acertadas no Consenso de Washington supostamente foram revisitadas e alteradas, as políticas implementadas, ainda de corte neoliberal, já não mais focavam principalmente a esfera econômica da sociedade, mas também pretendiam atuar na esfera social. (POCHMANN, 2010)

Este atuar na esfera social significa um agir de modo a amenizar a agudização das expressões da questão social decorrentes do aprofundamento do capitalismo neoliberal global, e, portanto, um agir de modo a “induzir” a população a legitimar as ações dos governantes e, por conseguinte, garantir a governabilidade democrática e a governança efetiva nos padrões do neoliberalismo. (MOTA, 2010)

Considerações Finais

A efetivação dos valores neoliberais na política, pela outra face de sua moeda, causou, e causa, a agudização das expressões da questão social, foi, e é, exatamente esta ampliação das sequelas do capitalismo que despertou no Banco Mundial a visão de que para fortificar o capitalismo monopolista globalizado era necessária a afirmação da governabilidade simultaneamente à governança.

O Banco Mundial afirma que para garantir a governabilidade faz-se necessário que o governo tenha credibilidade com a população, e que para ter crédito é necessário que o governo faça crer que suas ações são justas e corretas. As ações políticas pró-mercado e a grande visibilidade dada às medidas de “inclusão social” garantem a credibilidade de governantes não só junto à

classe mais abastada da sociedade, que vê suas decisões políticas como corretas, mas também junto à camada de mais baixo poder aquisitivo, ao passo que gera sensação de pertencimento e importância.

Vê-se que estes mecanismos de ação política se pautam mais pela lógica privatista que pela lógica que deveria ser imperiosa no agir da “coisa pública”, ou seja, mais pelo caminho da produtividade, dos números e do lucro, que pela lógica da qualidade e da satisfação e bem estar da população. A sensação de “inclusão” e de fim da assoladora desigualdade social presentes em países periféricos são necessidades ardentes para a garantia da governabilidade, entretanto, garantir esta sem prejudicar a governança não é uma tarefa fácil. A desigualdade, sabemos, não irá acabar uma vez que é inerente ao modelo societário que se vive hoje, porém, a sensação de “inclusão” pode ser mais facilmente gerada.

O fato é que as políticas sociais adotadas, fragmentadas e focalizadas, fazem muito pouco pelo cidadão, na verdade elas transferem para estes as responsabilidades que deveriam ser do Estado, e fazem isso em nome de lhes garantir a conquista da autonomia (ou a livre conquista de sua dignidade humana). Sendo esta autonomia, obviamente, algo extremamente relativo e que mais poderia ser chamado de responsabilização privada individual sobre o fazer público para a inserção no mercado de cidadãos de direitos estereotipados como pobres.

O que se depreende das orientações do Banco Mundial sobre a aplicação dos conceitos de governança e governabilidade às agendas políticas dos países periféricos é um voto pela adequação da gestão da “coisa pública” às regras do mercado sob a alegação de busca por maior eficiência, eficácia e efetividade. Vê-se que o arcabouço teórico-conceitual apresentado pretende racionalizar os gastos públicos, orientá-los de acordo com as necessidades do capital, inclusive a necessidade de aceitação pública e legitimidade da agenda política adotada.

Referências

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho.** Brasília: ENAP, n.45, março. 2002.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização.** Barueri, SP: Manole, 2003.

BOENINGER, Edgardo. **Governance and Development: Issues and Constraints.** Washington DC: World Bank, 1992.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo. História e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008

MARX, Karl. **O Capital.** (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista. Livro 1. Vol. I -2ª ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Cap. XXIII

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social.** Recife Ed. Universitária da UFPE, 2012. Páginas 13 -67

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Capacidade Governativa: algumas notas**. Brasília: MARE/ENAP, n.11, dezembro. 1996.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. Ajuste Estrutural, Governabilidade e Democracia. *In*: GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria Lucia Werneck (Org.). **A Miragem da Pós-Modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 81-99.

WORLD BANK. **Managing Development: The Governance Dimension. A discussion paper**. Washington DC: World Bank, 1991.

WORLD BANK. Report n° 38119 – NEP. **International Development Association Interim Strategy note for Nepal**. Nepal: World Bank, 2007-a.

WORLD BANK. Report n° 39809 – KH. **Sharing Growth in Cambodia: equity and development in Cambodia**. Cambodia: World Bank, 2007-b.

Recebido em 04/01/2014 e
aceito em 14/05/2014.

Resumo: O artigo que se delinea abaixo tem como objetivo expor as características dos conceitos de governança e governabilidade adotados pelo Banco Mundial em suas orientações técnicas a países periféricos. Através de pesquisa bibliográfica e documental expõem-se a construção histórica dos conceitos, sua utilização e significado. A conclusão a que se chega remete à utilização destes pelo Banco Mundial como mecanismos para a manutenção socialmente legitimada do neoliberalismo, através da ideia de racionalização da gestão pública com participação da sociedade civil.

Palavras-chave: Banco Mundial; Governança; Governabilidade.

Title: Notes on the concept of Governance and Governability

Abstract: This article aims to explain the characteristics of the governance and governability's concepts adopted by the World Bank in their technical guidelines to the peripheral countries. By a bibliographic and documental research the article shows the history of the concepts, their use and meanings. The reached conclusion is that it's utilization by the World Bank is a mechanism to the social legitimated maintenance of neoliberalism, through the idea of rational public management with the participation of social society.

Keywords: World Bank; Governance; Governability.
